



SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita informações ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação de recursos públicos, contratos de manutenção e fiscalização relacionados à Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, na BR-226, que colapsou em dezembro de 2024, causando mortes e prejuízos socioeconômicos.

Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre a aplicação de recursos públicos, contratos de manutenção e fiscalização relacionados à Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, na BR-226, que colapsou em dezembro de 2024, causando mortes e prejuízos socioeconômicos.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se os seguintes esclarecimentos e medidas:

- *Quais contratos de manutenção e reparos foram firmados para a Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira nos últimos dez anos?*





- Os valores pagos correspondem integralmente aos serviços realizados? Houve alguma identificação de superfaturamento ou irregularidades?
- O DNIT realizou inspeções periódicas na ponte nos últimos cinco anos? Caso afirmativo, enviar os relatórios técnicos correspondentes.
- Alguma recomendação técnica para manutenção ou reparos emergenciais foi emitida e não atendida?
- Qual foi o montante de recursos federais destinado especificamente à manutenção e recuperação da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira nos últimos cinco anos?
- Esses recursos foram integralmente executados ou houve contingenciamento ou reprogramação orçamentária?
- Quais contratos foram firmados entre o DNIT e a empresa LCM Construção e Comércio relacionados à BR-226? Enviar detalhamento dos valores e objetos contratuais.
- Em relação aos contratos firmados sem licitação, foram identificadas justificativas adequadas para a dispensa do processo licitatório?
- Quais são os agentes públicos e privados responsáveis pela fiscalização e manutenção da ponte? Existe histórico de apontamentos ou irregularidades associadas à atuação desses agentes?
- O TCU realizou auditorias ou inspeções relacionadas à BR-226 ou à ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira antes do colapso? Caso positivo, quais foram as conclusões e recomendações?





- *Existe alguma investigação ou processo em andamento sobre a aplicação de recursos públicos na BR-226 ou em obras de infraestrutura rodoviária na região?*
- *O TCU identifica possíveis falhas de gestão ou omissões por parte do DNIT ou do Ministério dos Transportes que possam ter contribuído para o colapso da ponte?*
- *Que medidas preventivas poderiam ter sido adotadas para evitar o desmoronamento?*
- *Quais investimentos foram realizados na BR-226 nos últimos cinco anos, com detalhamento por segmento e finalidade?*
- *Houve priorização de recursos para manutenção de pontes e infraestrutura crítica? Em caso negativo, justificar.*
- *O TCU está acompanhando as ações de reconstrução e apuração de responsabilidades após o colapso? Caso afirmativo, quais são as medidas já adotadas?*

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o recebimento de informações por parte do TCU sobre a aplicação de recursos públicos, contratos de manutenção e fiscalização relacionados à Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, na BR-226, que colapsou em dezembro de 2024, causando mortes e prejuízos socioeconômicos.

Isto porque, conforme noticiado¹, o colapso da ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, na BR-226, resultou em tragédia humana,

¹ <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/12/24/ponte-entre-ma-e-to-o-que-se-sabe-e-o-que-fala-esclarecer-sobre-desabamento-na-br-266.ghtml>





com perdas de vidas, desaparecimentos e graves prejuízos socioeconômicos para a população do Maranhão e do Tocantins. A tragédia evidencia possíveis falhas na gestão de recursos públicos e na fiscalização de infraestrutura rodoviária, que é de responsabilidade do governo federal, por meio do Ministério dos Transportes e do DNIT.

Diante das denúncias públicas de rachaduras na ponte antes do incidente e da confirmação de contratos milionários destinados à BR-226, é imperativo esclarecer se houve negligência administrativa, falhas técnicas ou desvio de recursos. A análise de contratos, inspeções técnicas e aplicação de recursos públicos é essencial para apurar responsabilidades e assegurar que tragédias semelhantes não voltem a ocorrer.

Esse requerimento busca informações detalhadas sobre a gestão da ponte e da rodovia BR-226, com foco na transparência, fiscalização e eficiência no uso de recursos públicos. A ação preventiva do Tribunal de Contas da União (TCU) é indispensável para proteger o patrimônio público, promover a segurança dos cidadãos e resguardar o interesse coletivo.

Portanto, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes sobre o tema exposto, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de que sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 31/03/2025 09:54:34.530 - CFFC

REQ n.65/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255592019400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

